

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL - REDE DOCTUM DE ENSINO**

**A ADOÇÃO DAS IFRS NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UMA VISÃO DOS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS**

Ariely de Sousa Jorge*

Marlon Mendes Silva**

Resumo

O presente estudo teve como objetivo verificar a aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas pelo profissional de contabilidade, bem como analisar as dificuldades para a aplicação da NBCTG1000(R1) e o seu grau de utilização. Para captar as percepções dos profissionais contábeis à adequação as normas internacionais, o instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário aplicado a 20 profissionais de diferentes escritórios da região do Médio Piracicaba. O levantamento de dados deu-se por meio do *survey*. Os resultados apontaram que existe uma fragilidade no que tange o conhecimento da norma internacional destinada as pequenas e médias empresas por partes dos profissionais contábeis da região. Percebeu-se que, devido à complexidade, no Médio Piracicaba, apesar da predominância de empresas de pequeno e médio porte, os escritórios ainda não estão totalmente adequados aos padrões internacionais e os profissionais necessitam de treinamento para entendimento e adequação à Norma.

Palavras-chave: IFRS; Pequenas e Médias Empresas; NBCTG1000(R1).

* Graduada em Ciências Contábeis na Faculdade Doctum de João Monlevade; e-mail: arielysousa2708@gmail.com

** Professor Orientador. Mestre em Controladoria e Contabilidade (UFMG). Professor na Faculdade Doctum de João Monlevade; e-mail: coord.contabeis.jm@doctum.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico mundial vem se modificando com o passar dos anos, essas mudanças provocaram uma evolução na contabilidade, tornando a uma ferramenta indispensável à gestão das organizações. Essa evolução também ocorreu em relação a finalidade da contabilidade, que deixou de exercer um caráter simplesmente de controle para se tornar um mecanismo de tomada de decisão, permitindo através das demonstrações contábeis a divulgação do desempenho empresarial, possibilitando assim, a comunicação da empresa com os usuários internos e externos.

Apesar de ter a mesma finalidade, cada país adota práticas contábeis próprias, com alguns diferenciais entre si quanto aos critérios de reconhecimento e mensuração de um mesmo fato, diante desses fatores se viu necessário a criação de normas únicas no mundo, iniciando o processo de criação de Normas Internacionais de Contabilidade por meio do *International Accounting Standards Board* (IASB) surgindo então as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) que foram adotada por diversos países do mundo (MARTINS, CUNHA E GARCIA, 2013).

No Brasil a implementação das IFRS se deu com a promulgação da lei nº. 11.638/07, em 28 de dezembro de 2007, que reconheceu o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) como órgão responsável pela emissão de pronunciamentos e normas contábeis que norteiam as práticas contábeis no Brasil. Esses pronunciamentos têm como objetivo a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Os pronunciamentos que não se limitam as grandes empresas, também provocaram importantes mudanças nas práticas contábeis das empresas de pequeno e médio porte, com a adoção da norma NBC TG 1000, que trata diretamente das aplicações das normas internacionais de contabilidade para as

pequenas e médias empresas (PME's). Tais mudanças representam um desafio para os profissionais contábeis que atuam no contexto das PME's e diante da importância das informações contábeis para gestão das organizações e das particularidades das PMES, surge a seguinte questão de pesquisa: como os profissionais de contabilidade estão aplicando as IFRS para pequenas e médias empresas e quais as dificuldades que os escritórios contábeis estão enfrentando na adoção do CPC-PME?

Diante dessa problemática este trabalho procurou analisar a utilização das normas internacionais de contabilidade aplicadas às pequenas e médias empresas pelos prestadores de serviços contábeis.

A partir do objetivo geral de verificar como está sendo a aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas pelo profissional de contabilidade e quais as dificuldades que os escritórios contábeis estão enfrentando na adoção do CPC- PME, este artigo está desdobrado nos objetivos específicos: analisar a NBC TG 1000(R1) e sua harmonização às normas internacionais de contabilidade; investigar se os profissionais contábeis estão preparados para adoção da IFRS e qual a importância dada a esse assunto; evidenciar as dificuldades encontradas pelos escritórios de contabilidade na adoção do CPC-PME, analisando o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade aplicadas às pequenas e médias empresas.

O presente artigo se justifica pela importância que as pequenas e médias empresas desempenham na economia nacional, tendo em vista a participação desses negócios, que em 1985 era de 21%, aumentando para 23% em 2001 e, no ano de 2011, passou para 27% (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], 2014). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2012), tais entidades representam 99% do total de empresas em atividade no País e estão enquadradas na obrigatoriedade de aplicação do CPC PME. Justificando então esse estudo, uma vez que as PME's movimentam a economia nacional, sendo cada vez mais importante produzir informações que garantam um adequado gerenciamento da situação financeira e econômica de empresas desse porte.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, adotando o procedimento *survey* em escritórios de contabilidade da região do Médio Piracicaba,

além de revisão da literatura e artigos que tratam do tema da adoção das IFRS no contexto das PME's.

Além da introdução, o presente artigo se subdivide em mais quatro seções. Na segunda seção é apresentada a fundamentação teórica deste estudo. Na sequência, a terceira seção destina-se à exposição dos procedimentos metodológicos empregados. A quarta seção exhibe a análise dos dados coletados e, por fim, na quinta seção tem-se a conclusão da pesquisa.

Neste artigo serão referenciados autores como Botinha e Lemes (2013); autores do artigo IFRS para pequenas e médias empresas, bem como os pronunciamentos e normas contábeis que darão direcionamento a pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado as fundamentações teóricas à ser considerada neste estudo.

2.1 Definições de PME e sua importância

As pequenas e médias empresas tiveram seu surgimento advindo da desburocratização, no final da década de 1970, que visava dinamizar e simplificar o funcionamento dos pequenos negócios (BANTERLI; MANOLESCU, 2007).

Muitas são as definições atribuídas ao conjunto de sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas, as PME's, entre elas ressalta a definição encontrada na lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I - no caso da microempresa ou empresa de pequeno porte, receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II - no caso da empresa de pequeno porte ou empresário, receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

A NBC TG1000 descreve as pequenas e medias empresas como:

1.2 Pequenas e médias empresas são empresas que:

(a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e

(b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Portanto, no Brasil as sociedades por ações, fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas.

Pode se salientar outras definições de pequenas e medias empresas, para o SEBRAE o porte da empresa é definido pelo número de pessoas ocupadas, considerando a atividade da empresa. Já o IBGE e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) consideram apenas o número de empregados (KASSAI, 1997).

Independente das definições dadas as PME's, vale ressaltar a importância dessas empresas não só na economia brasileira, mas também no restante do mundo, de um modo em geral são essas pequenas empresas que movimentam a economia mundial, gerando um número expressivo de emprego e exercendo atividades que fornece grandes riquezas aos países (BOTINHA & LEMES, 2013).

Em 2015 o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE,2015) publicou em pesquisa a participação das PME's na economia brasileira, mostrando que essas entidades respondem em média 27% do PIB brasileiro e é responsável por cerca de 48% dos empregos ofertados. Com um constante crescimento desde 2009, estima-se que o Brasil já tenha mais de dezessete milhões de pequenos negócios.

2.2 Os Profissionais Contábeis e a Educação Continuada

O profissional que compreende as normas da IFRS na íntegra, não terá dificuldade para interpretar as normas adaptadas a PME, mesmos em suas particularidades. (BOTINHA E LEMES, 2012).

O maior desafio a adoção das normas de contabilidade para PME é o despreparo dos profissionais contábeis a aplicação da NBC TG 1000 (R1). Acostumados a cultura de contabilidade fiscal, que resume em atender o fisco e preencher guias, não preocupando em gerar informações que tenha maior utilidade para os usuários externos e internos.

Neste contexto a IFRS PME, chega para quebrar paradigmas, provocando mudanças no papel do profissional contábil, que tem que se atentar a harmonização e ter em mente que o sucesso da sua profissão está na capacitação continuada. Aposta principalmente nos jovens profissionais da área para vencer esse desafio que poderá acarreta, inclusive a valorização da classe contábil, pois as empresas deixam de ver a contabilidade como uma emissora de obrigações fiscais, como a apuração de imposto e passa enxergar ela como uma parceira nos negócios, geradora de informações essenciais para o bom aproveitamento da empresa.

2.3 As normas internacionais de contabilidade (IFRS)

É possível notar a dificuldade da contabilidade em definir uma linguagem contábil única, para que todas as empresas possam se comunicar mundialmente através das demonstrações financeiras e isso acarreta em um empecilho para que as empresas façam transações internacionais (CARVALHO E LEME, 2002)

A expansão da globalização juntamente a crise financeira do final do século XX, acarretou numa busca de compreensão e adequação dos padrões contábeis. Diante desse fato visualizou a importância de uma linguagem homogenia na contabilidade, para tal viu a necessidade da criação de uma normatização contábil voltada para elaboração das demonstrações financeiras (SIQUEIRA,2017).

Neste contexto foi constituído em 1973 o *International Accounting Standards Committee*(IASC), órgão responsável por normalizar as normas contábeis internacionais (MAZKENZIE et al., 2013).

Em 2002 a IASB - *International Accounting Standards Board*, substituta do IASC, implantou Normas Internacionais de Contabilidade – *International Financial Reporting Standards* – IFRS, objetivando desenvolver normas contábeis compreensíveis, baseada em princípios bem definidos, que atendam o interesse comum e que sejam aceitas mundialmente (MAZKENZIE et al., 2013).

O processo de harmonização contábil é um acordo feito por vários países, do qual resultará em mudanças significativas na contabilidade, tornando a compatível entre eles sem desrespeitar as particularidades de cada país. Esse processo apesar de não ser fácil, faz-se necessário para diminuir as divergências das interpretações contábeis entre as regiões, lembrando que o objetivo não é acabar com as diferenças, mas sim amenizá-las para que possam atender as necessidades específicas de cada país (WEFFORT, 2005).

Investidores tendem a investir em empresas com informações positivas no mercado, por isso os países devem direcionar seus esforços para harmonização das normas contábeis, desenvolvendo com isso um diferencial competitivo a nível mundial (IUDICÍBUS, 2000).

2.4 Harmonizações das normas internacionais de contabilidade no Brasil

Em 2005 foi criado no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através Resolução CFC Nº 1.055/2005 órgão autônomo, com o objetivo de iniciar o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Sendo composto por 6 entidades:

- a) Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA);
- b) Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL);
- c) Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA);
- d) Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- e) Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI); e
- f) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

O CPC tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2005).

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei 11.638/2007, com ela foi iniciada o processo de convergência brasileira aos padrões internacional, esta lei provocou mudanças na até então atual Lei 6.404/1976 que regia as Sociedades por Ações, fazendo várias alterações na Lei 6.404/1976 assim como fez uma considerável mudança na estrutura do balanço patrimonial, e outras demonstrações contábeis, como criação no balanço patrimonial do subgrupo “Intangível”, as extinção das reservas de Reavaliação, eliminação da conta Lucros e prejuízos acumulados, mantendo somente a de Prejuízo acumulado, também foi criado no patrimônio líquido a conta de Ajuste de avaliação patrimonial, além de solidificar a legalidade do CPC.

2.5 A NBC TG 1000 (R1)

Em 2009 foi aprovado o pronunciamento contábil específico para as PME. Segundo a NBC TG 1000(R1) são consideradas Pequenas e médias empresas são empresas que:

- (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito. (NBC TG 1000 R1, p.5).

Neste contexto a NBC TG 1000, atualizada em 2016 para NBC TG 1000(R1), objetiva simplificar a IFRS na íntegra, por meio da redução das divulgações e simplificações dos princípios para reconhecimento e mensuração, uma vez que alguns tópicos presentes na IFRS Completa são irrelevantes para as micros e pequenas empresas. Assim a IFRS para PME é elaborada de acordo com a necessidade das empresas menores, objetivando fácil compreensão por diversos usuários, não sendo necessário recorrer a norma completa para fazer os procedimentos contábeis da PME.

Para Deloitte (2011), na opinião do Banco Mundial, as normas adaptadas facilitam o acesso das pequenas e médias empresas a fontes de financiamento, pois são menos complexas e adaptada ao porte das operações de entidades menores. A tabela a seguir trata sobre as principais diferenças entre a versão completa das

normas internacionais de contabilidade e a norma simplificada destinada às pequenas e médias empresas.

Quadro 1 - Comparativo IFRS Full x IFRS PME

Assunto	Normas Completas	CPC PMEs
Demonstração do Valor Adicionado - DVA	Aplicável	Não aplicável
Informações por segmento de negócio	Aplicável	Não aplicável
Ágio decorrente de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	Não amortizado	Amortizado, se não for possível determinar com precisão o prazo, utiliza-se dez anos
Intangível com vida útil estimável	Amortizado de acordo com a vida útil estimada	Foi permitido o uso do prazo presumido de dez anos para fins de amortização
Divulgações (notas explicativas)	Completas e detalhadas	Simplificadas e reduzidas
Custos de empréstimos vinculados com ativos em construção	Devem ser ativados	Reconhecidos no resultado quando incorridos
Instrumentos financeiros	Regras complexas	Houve significativa simplificação
Propriedades para investimento	Avaliadas pelo valor justo	É permitido utilizar o método de custo, caso não seja possível ou o custo para obtenção do valor justo seja significativo. Nesse aspecto, as propriedades devem ser reclassificadas para o ativo imobilizado
Gastos com desenvolvimento	Devem ser ativados	É permitido reconhecer diretamente no resultado do exercício quando incorridos
Consolidação	Inclui a consolidação proporcional de <i>joint ventures</i>	Simplificação ocorre pela dispensa da consolidação proporcional de <i>joint ventures</i>
Ajuste a valor presente	Há norma específica sobre o tema	Esse tema é tratado em cada seção da norma, quando aplicável
Adoção inicial	Norma mais complexa	As regras PME incluem diversas exceções e isenções

Fonte: (BOTINHA; LEMES;2013, p.10)

2.6 Norma ITG1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Porte Pequeno

Aprovada com a Resolução CFC nº 1.418, a ITG 1000 – Modelo contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, estabelece uma simplificação dos critérios e procedimentos aplicável a entidades já abrangidas pela NBC TG1000, quando essas optarem pela utilização dessa interpretação (CFC, 2012).

De acordo com a ITG 1000, esta interpretação é aplicável apenas a sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário que o Art. 966 da Lei nº. 10.406/02 se refere, deste que tenha auferido no ano calendário anterior uma receita anual bruta igual ou inferior a

R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para Microempresas e receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), para empresa de pequeno porte. A ITG 1000 salienta ainda que as microempresas ou empresas de pequeno porte que não optaram por esta interpretação, deve continuar seguindo os critérios da NBC TG1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais completas, quando aplicável”.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho classifica como pesquisa descritiva, pois busca descrever e relatar como a convergência as normas internacionais impactaram a contabilidade das pequenas e médias empresas na região do Médio Piracicaba.

Segundo (GIL, 2008), as pesquisas deste tipo têm como objetivo a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, tendo como característica mais significativa a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Sendo assim o procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica para discutir o tema abordado, baseando na literatura, ressaltando a consulta em livros e artigos que englobam a mesma problemática. A vantagem da pesquisa bibliográfica é possibilitar uma cobertura muito mais ampla do fenômeno estudado do que a pesquisa direta (GIL,2008).

Foi adotado também o procedimento de Levantamento (*Survey*), definido por Gil, 2008, como uma interrogação direta das pessoas cujo o comportamento deseja conhecer, com o intuito de levantar informações de um grupo acerca do problema estudado.

A abordagem adotada neste trabalho foi quantitativa e qualitativa, pois enquanto a pesquisa quantitativa coleta dados sem instrumentos formais e estruturados, a pesquisa qualitativa coleta dados sobre um controle. De acordo com Gil (2008), a abordagem quantitativa traduz em números, as opiniões e informações, permitindo analisá-los e classificá-los.

Para Gil (2002), na abordagem da pesquisa quantitativa é considerado tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números, opiniões e informações para classificá-los e analisá-los.

Para captar as percepções dos profissionais contábeis quanto a adequação

as normas internacionais, o instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário de perguntas objetivas, conforme apresentado no apêndice A, o mesmo foi aplicado à contadores e profissionais da região do Médio Piracicaba..

4 APRESENTAÇÕES DOS DADOS

Nesta pesquisa buscou captar as percepções dos profissionais contábeis a adequação as normas internacionais (IFRS) nas pequenas e médias empresas na região do Médio Piracicaba. Para captação dos dados foi elaborado um questionário com vinte umas questões, este questionário foi aplicado nos escritórios de contabilidade nas cidades de João Monlevade, Rio Piracicaba e Alvinópolis por meio da plataforma eletrônica *GoogleForms*.

As perguntas foram elaboradas em boa medida com base nas teorias que norteiam este trabalho e conhecimentos obtidos através de estudos em artigos e livros de embasamentos as Normas Internacionais de Contabilidade. O questionário foi dividido em três partes. Na primeira é possível verificar as informações acerca da caracterização dos respondentes, como por exemplo, faixa etária, formação, área e tempo de atuação e também características dos escritórios, como porte e tempo no mercado. A segunda parte tem questões específicas sobre o CPC PME e a NBCTG1000, bem como a aplicabilidade dessas normas pelos respondentes. E por fim foi apresentada uma pergunta que objetiva analisar a percepção dos profissionais contábeis quanto a Aplicação das Normas Internacionais nas PME's, bem como o julgamento que têm a respeito desse tema.

4.1 Análise dos Resultados

Nas perguntas de 1 a 5, foi possível fazer a caracterização dos profissionais que atuam nos escritórios do Médio Piracicaba. O quadro 1 apresenta os dados referentes a idade, formação, área e tempo de atuação dos respondentes.

Quadro 1 - Caracterização dos Respondentes

Nº	Questões	Opções	Nº de Respondentes	%
1	Idade	18 a 25 anos	6	30
		26 a 30 anos	8	40
		30 a 40 anos	5	25
		Acima dos 40	1	5
Total de respostas			20	100
2 e 3	Formação em Contabilidade	Ensino Médio	0	0
		Técnico	1	5
		Superior Incompleto	5	25
		Superior Completo	10	50
		Pós - Graduado	4	20
		Outros	0	0
Total de respostas			20	100
4	Área de Atuação	Fiscal	7	35
		Departamento Pessoal	2	10
		Contábil	9	45
		Misto	2	10
Total de respostas			20	100
5	Tempo na Função	Menos de 1 ano	0	0
		1 a 5 anos	11	55
		6 a 10 anos	5	25
		Mais de 10 anos	4	20
Total de respostas			20	100

Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

Percebe que a faixa etária predominante nos escritórios da região, varia entre 26 e 40 anos, na sua maioria com ensino superior completo em Contabilidade e exercendo a função a um tempo igual ou inferior a 5 anos. Apenas 6 dos 20 respondentes possui idade entre 18 e 25 anos e desses 6, apenas 2 possui ensino superior completo, o que indica que a maioria dessa faixa etária são estudantes ou

Abandonou a faculdade antes de concluir o curso.

Nas perguntas de 6 a 8 foi possível verificar o tempo que o escritório existe no mercado, o seu porte pela quantidade de funcionário e a representatividade das empresas de pequeno e médio porte no seu faturamento. Na tabela 2 é apresentada a caracterização dos escritórios.

Tabela 2 – Caracterização dos Escritórios

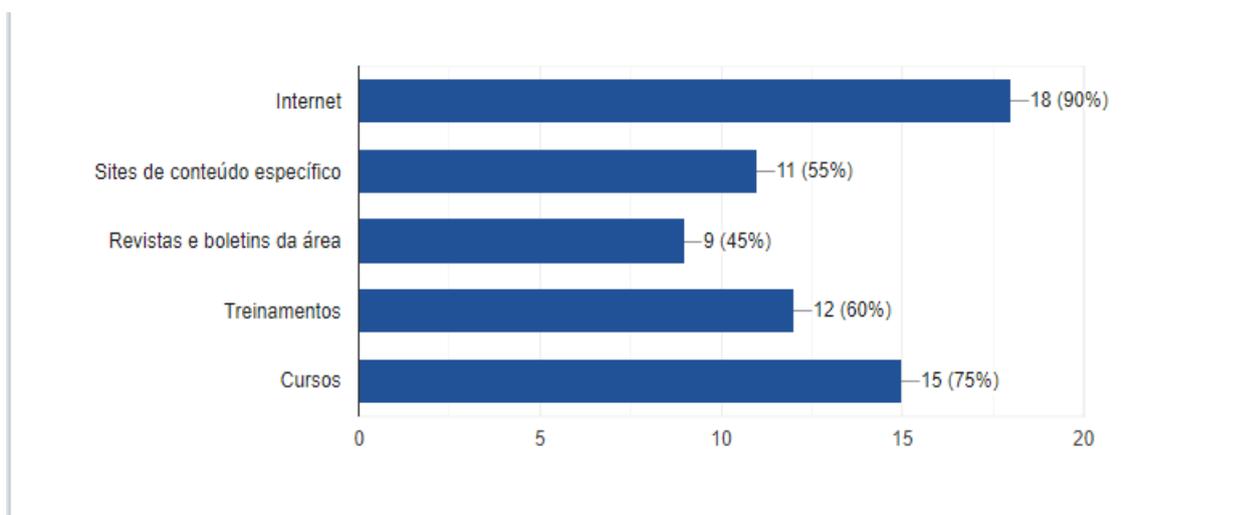
Nº	Questões	Opções	Nº de Respondentes	%
6	Tempo no Mercado	Menos de 1 ano	0	0
		1 a 5 anos	3	15
		6 a 10 anos	3	15
		Mais de 10 anos	14	70
Total de respostas			20	100
7	Quantidade de Funcionários	1 a 5 funcionários	3	15
		6 a 10 funcionários	5	25
		11 a 15 funcionários	11	55
		Mais de 15 funcionários	1	5
Total de respostas			20	100
8	Empresas PME's Atendidas	Até 30%	0	0
		Entre 31% e 50%	4	20
		Mais de 50%	16	80
		Outros	0	0
Total de respostas			20	100

Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

Sendo assim pode determinar que a maioria dos escritórios estão a mais de 10 anos no mercado e possuem entre 11 e 15 funcionários. 80% dos respondentes afirmaram que mais de 50% dos seus clientes são PME's, sendo assim podemos concluir que no Médio Piracicaba a predominância é de empresas de pequeno e médio porte.

Foi questionado aos respondentes os meios que eles utilizam para se atualizar, os dados são apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 – Meios de atualizações



Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

O maior meio de atualização dos respondentes é a internet, mas 75% dos respondentes afirmam fazer cursos e 60% treinamentos, esse resultado mostra que os escritórios e profissionais se preocupam em se manter atualizados, destacando a importância da educação continuada para o exercício da profissão.

As questões de 10 a 13 serviram para detectar o nível de conhecimento dos profissionais, no que tange a NBCTG1000 e suas ramificações, bem como verificar se eles realmente aplicam essa norma de maneira correta em todos os aspectos. Os dados são apresentados no quadro 4.

Quadro 4 – Adoção e Dificuldades

Nº	Questões	Opções	Nº de Respondentes	%
10	Os relatórios devem ser elaborados de acordo com as normas IFRS.	Discordo Totalmente	0	0
		Discordo Parcialmente	0	0
		Concordo Parcialmente	13	65
		Concordo Totalmente	7	35
Total de respostas			20	100
11	Tenho Conhecimento da NBCTG1000(R1).	Discordo Totalmente	2	10
		Discordo Parcialmente	0	0
		Concordo Parcialmente	11	55
		Concordo Totalmente	7	35
Total de respostas			20	100
12	Profissionais e	Discordo Totalmente	1	5

	empresas estão preparados para escrituração.	Discordo Parcialmente	4	20
		Concordo Parcialmente	12	60
		Concordo Totalmente	3	15
Total de respostas			20	100
13	Maior Dificuldade de Realizar a escrituração Contábil	Não temos dificuldades	2	10
		A empresa não envia documentos	17	85
		Falta mão de obra qualificada	1	5
		Outros	1	5
Total de respostas			20	100

Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

Quanto ao item 10 do quadro 4, mais da metade dos respondentes, (65%) acreditam em partes que os relatórios emitidos devem estar conformidades as normais internacionais de contabilidade, apenas 35% concordam totalmente.

Quanto ao item 11 do quadro 4, menos da metade dos respondentes tem conhecimento completo da norma (35%), os outros 55% dos profissionais analisados afirmam ter conhecimento parcial da norma e dois dos vinte entrevistados discordam totalmente, ou seja não tem nenhum conhecimento da NBCTG1000(R1).

No item 12 do quadro 4, quando perguntados se os profissionais e empresas estão preparados para escrituração completa, apenas 15% alegaram está totalmente preparados, 60% afirmam está parcialmente preparados, o restante está parcialmente despreparado (20%) ou totalmente despreparado (5%).

O item 13 do quadro 4, trata da dificuldade para realizar a escrituração contábil, nos relatos dos profissionais que responderam a este questionário, a maior dificuldade de se realizar a escrituração contábil das empresas é a falta de envio correto dos documentos para contabilidade, 85% das pessoas apontaram esse fator, dessas pessoas, uma apontou que além da falta de documentos, o escritório também tem falta de mão de obra qualificada, apenas 10% afirmaram não ter dificuldade para realizar a escrituração.

Estes resultados indicam que os profissionais estão atentos as normas e reconhecem a sua importância, porém jugam que ainda tenham fatores que sejam desnecessários a aplicação do CPC PME. Quando aprofundamos nas análises dos dados é possível constatar que os mesmos 65% respondentes que concordam que os relatórios devem ser elaborados de acordo com a IFRS, 55% afirmam ter conhecimento parcial das NBCTG1000(R1) e 10% deles não tem nenhum

conhecimento do assunto, o que justifica a contradição quando perguntados se estão aptos a elaborar a escrituração contábil completa.

A partir de agora é apresentado nos quadros 5 e 6 se os profissionais estão aplicando corretamente a NBCTG1000(R1), em conformidade as Normas Internacionais de contabilidade.

Quadro 5 - Questões específicas

Nº	Questões	Opções	Nº de Respondentes	%
14	Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos anualmente	Discordo Totalmente	3	15
		Discordo Parcialmente	5	25
		Concordo Parcialmente	8	40
		Concordo Totalmente	4	20
Total de respostas			20	100
15	Aplicação da NBCTG1000(R1) completamente nos relatórios	Discordo Totalmente	2	10
		Discordo Parcialmente	2	10
		Concordo Parcialmente	12	60
		Concordo Totalmente	4	20
Total de respostas			20	100
16	Reconheço as Receitas e despesas pelo regime de caixa	Discordo Totalmente	4	20
		Discordo Parcialmente	3	15
		Concordo Parcialmente	4	20
		Concordo Totalmente	9	45
Total de respostas			20	100

Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

O item 14 do quadro 5 trata do teste de, ao final de cada exercício as empresas devem determinar e mensurar os itens do ativo imobilizado que estão desvalorizados, isso é possível através do teste de recuperabilidade. Mas apenas 20% concordaram realizar o teste anualmente, 40% aplicam parcialmente e 15% dos respondentes discordam totalmente da aplicação desse teste.

No item 15 do quadro 5, 60% dos respondentes afirmam não aplicar totalmente as normas da NBCTG1000(R1) nos relatórios contábeis, apenas 20% dos profissionais aplicam completamente a NBCTG1000(R1) e 10% não faz uso da aplicação da mesma.

O item 16 do quadro 5, trata do reconhecimento das receitas e despesas.

Pela norma as receitas e despesas devem ser reconhecidas pelo regime de competência, exceto em alguns aspectos da legislação fiscal, que permitem a utilização do regime de caixa, para fins tributários. Porém, de modo algum o regime de competência pode ser substituído pelo regime de caixa numa entidade empresarial, pois se estaria violando um princípio contábil. Mas 45% dos respondentes concordam totalmente que a forma correta de reconhecimento das receitas e despesas é pelo regime de caixa, 20 % concordaram parcialmente e apenas 35% discordaram dessa afirmação, sendo que desse, 15% discordam parcialmente.

Os dados apurados nessas questões são preocupantes, uma vez que mesmo sendo obrigatória, são poucos os profissionais que aplicam adequadamente a NBCTG1000(R1), pelos dados é possível questionar, a forma como está sendo feita os reconhecimentos das receitas e despesas e também o fato que muitas empresas podem possuir ativos que estão superavaliados, por não ter sido reconhecida a perda por desvalorização.

Quadro 6 – Questões específicas

Nº	Questões	Opções	Nº de Respondentes	%
17	Elaboro notas explicativas ao final do exercício social	Discordo Totalmente	6	30
		Discordo Parcialmente	3	15
		Concordo Parcialmente	7	35
		Concordo Totalmente	4	20
Total de respostas			20	100
18	Conhecimento e adoção da norma ITG1000 nas Microempresas	Discordo Totalmente	3	15
		Discordo Parcialmente	2	10
		Concordo Parcialmente	11	55
		Concordo Totalmente	4	20
Total de respostas			20	100
19	Uso da carta de responsabilidade da Administração	Discordo Totalmente	0	0
		Discordo Parcialmente	0	0
		Concordo Parcialmente	3	15
		Concordo Totalmente	8	40
		Não tem Conhecimento	9	45
Total de respostas			20	100
20	Reconheço os gastos de	Discordo Totalmente	3	15

pesquisa e desenvolvimento direto no resultado	Discordo Parcialmente	1	5
	Concordo Parcialmente	10	50
	Concordo Totalmente	6	30
Total de respostas		20	100

Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

O item 17 do quadro 6, questiona a emissão de uma das demonstrações obrigatórias exigidas para pequenas e médias empresas de acordo com a NBCTG1000(R1), as notas explicativas devem emitidas junto as demais demonstrações, contendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. Analisando este item percebe que apenas 20% dos respondentes emitem notas explicativas, 35% emitem para algumas empresas e 30% afirmam não fazer uso dessa demonstração.

O item 18 do quadro 6, referiu a ITG1000, norma Simplificada para as Microempresas. Dos respondentes 20% afirmaram conhecer e aplicar essa norma, 55% ou conhecem e não adotam ou vice e versa e 25% não conhecem ou não adotam a ITG1000, para as Microempresas.

Quanto ao item 19 do quadro 6, 45% dos respondentes dizem não ter conhecimento da Carta de Responsabilidade da Administração, já 55% fazem uso ou pelo menos tem conhecimento dessa carta.

No item 20 do quadro 6, foi perguntado sobre os gastos com pesquisa e desenvolvimento, onde 80% afirmam que contabiliza esses gastos diretamente no resultado, sendo que 30% concordaram totalmente com essa afirmação e 50% parcialmente.

Neste quadro é perceptível o que muito dos profissionais tem pouco conhecimento da Norma internacional que rege as pequenas e médias empresas e por isso não fazem as escriturações corretamente dessas empresas, uma vez que deixam se realizar procedimentos obrigatórios e indispensáveis pela norma.

Para verificar a importância que os profissionais contábeis dão a IFRS e saber se eles acham necessário ou não a padronização das normas internacionais nas pequenas e médias empresas, foi feita uma pergunta negativa quanto ao assunto e as respostas podem ser analisadas no quadro 7.

Quadro 7- A importância das IFRS para a contabilidade das PME's

Nº	Questões	Opções	Nº de Respondentes	%
21	Acredito que as Normas Internacionais de Contabilidade não possuem importância para contabilidade das PME's, sendo essas mudanças prejudiciais à atuação dos profissionais contábeis.	Discordo Totalmente Discordo Parcialmente Concordo Parcialmente Concordo Totalmente	8 4 2 6	40 20 10 30

Fonte: Elaborada pela Autora (2018)

Podemos perceber neste quadro que 30% dos respondentes acham que a aplicação da IFRS não é importante para as PME's e que suas mudanças prejudica a atuação dos profissionais contábeis, já 60% discordam dessa afirmação, sendo que 40% discordam totalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, aconteceu com a implementação da lei 11.638/07, no intuito de dar mais transparência e compreensibilidade nas informações contábeis em nível mundial.

Em 2009 o Comitê de Pronunciamento Contábil que é responsável pelo estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, criou o CPC PME, incluindo as Pequenas e médias empresas aos padrões internacionais, este pronunciamento deu origem a NBCTG1000, que tem regras específicas para as PME's e a partir de 2010 todas as Pequenas e Médias empresas estão obrigadas a seguir esta norma.

Este estudo teve o objetivo de analisar como está sendo a aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas pelo profissional de contabilidade, bem como identificar as dificuldades desses profissionais na adoção e aplicação da NBCTG1000(R1), norma exclusiva para as PME's.

Os dados analisados mostram que a faixa etária nos escritórios de contabilidade é bem diversificada, variando dos 26 aos 40 anos, em suas maiorias profissionais graduados em Ciências Contábeis. Foi possível verificar que há uma grande preocupação dos profissionais em se manterem atualizados através da internet, cursos e treinamentos.

A maior concentração de clientes dos profissionais entrevistados são empresas de pequeno e médio porte. Sabendo que todas as PME's são obrigadas a estar em conformidade com a norma NBCTG1000(R1), esta pesquisa trouxe dados relevantes, uma vez que apesar dos profissionais terem conhecimentos e concordarem com a obrigatoriedade da norma, são poucos os profissionais que tem conhecimento da norma por completo. Esse conhecimento superficial, faz com que muitos profissionais joguem um pouco despreparados para uma escrituração completa.

Ainda nessa análise é possível detectar, que, os profissionais que não atuam diretamente no setor contábil, tem mais dificuldade em acompanhar as mudanças voltadas aos relatórios financeiros, uma vez que todas as pessoas que afirmaram não conhecer a NBCT para PME's, eram do departamento fiscal ou pessoal.

Apesar do esforço dos profissionais em se manterem atualizados, é possível notar que os profissionais não conhecem a fundo as obrigatoriedades da NBCTG1000(R1) e esse desconhecimento vem provocando equívocos nas escriturações das PME's. Esses equívocos ficam explícitos quando alguns profissionais afirmam não realizar o teste de *Impairment* anualmente e a emissão de notas explicativas, demonstração esta obrigatória pela norma. Outro ponto importante que mostra o desconhecimento da NBCTG1000(R1), está no fato que a maioria dos respondentes afirmaram reconhecer as receitas e despesas pelo regime de caixa, ferindo totalmente a norma que deixa bem claro que o reconhecimento se dá pelo regime de competência

Assim, para a amostra estudada, foi evidenciado que os profissionais não desconhecem totalmente o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, no entanto, a ótica dos investigados quanto aos procedimentos contábeis em conformidade com a norma destinada às pequenas e médias empresas tem ocorrido quando as práticas coincidem com as que habitualmente já estavam acostumados, deixando alguns pontos importantes desse pronunciamento passar despercebidos. Percebeu-se que, devido a sua

complexidade, no Médio Piracicaba, apesar da predominância de empresas de pequeno e médio porte, os escritórios ainda não estão totalmente adequados aos padrões internacionais e os profissionais necessitam de treinamento para entendimento e adequação à Norma.

Este estudo limitou-se à uma amostra de profissionais contábeis atuantes na região do Médio Piracicaba. A pesquisa obteve 24 respostas, sendo que 4 delas estavam incompletas, sendo estas excluídas das amostras, portando foi analisado neste estudos 20 respostas e embora a amostra utilizada tenha sido definida por conveniência, espera-se que este estudo tenha refletido um panorama da região para os profissionais e para o meio acadêmico. Por fim, recomenda-se a realização de novos estudos neste contexto, ampliando a amostra e replicando este trabalho em outras regiões. Para novas pesquisas sugere-se ainda que o tema seja aprofundado de forma mais específica, procurando abordar a aplicabilidade dos principais procedimentos apresentados pela NBCTG1000(R1).

Abstract

The purpose of this study was to verify the application of IFRS for small and medium enterprises by the accounting professional, as well as to analyze the difficulties for the application of NBCTG1000 (R1) and its degree of use. In order to capture the accounting professionals' perceptions of the adequacy of international standards, the instrument used for data collection will be a questionnaire applied to 20 professionals from different offices in the Middle Piracicaba region. Data collection was done through the survey. The results pointed out that there is a fragility regarding the knowledge of the international standard for small medium sized companies by the accounting professionals of the sampled region. It was noticed that, due to the complexity, in the Middle Piracicaba, despite the predominance of small and medium-sized companies, the offices are not yet fully adapted to international standards and professionals need training to understand and adapt to the Standard.

Keywords: IFRS; Small and Medium Enterprises; NBCTG1000 (R1).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre. **A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor**. Revista Contabilidade & Finanças, [s.l.], v. 14, n. 33, p.16-32, dez. 2003.

BANTERLI, Fábio Rogério; MANOLESCU, Friendhilde Maria K. **As micro e pequenas empresas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do país**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos-SP – Brasil, 2007. Disponível em: Acesso em: 21 abr. 2018.

BOTINHA, R. A.; LEMES, S... **IFRS para Pequenas e Médias Empresas: Percepção Sobre a Adoção das Normas Internacionais no Brasil**. Revista de Administração e Contabilidade da FAT, v. 5, p. 117-135, 2013.

BRASIL. **Lei complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 29 de out. 2018.

CARVALHO, L.N.; LEMES, S. **Padrões Contábeis Internacionais do IASB: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação**. UnBContábil, Brasília, 6:61-80, jul. 2002. Disponível em: <https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/208/pdf_56>. Acesso em 21 de abr. 2018

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico PME (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=60>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral – ITG 2000 (R1). Escrituração Contábil**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-simplificadas-para-pmes/>> Acesso em: 4 de mai.2018

DELOITTE, T. T. **IFRS para PMEs ao seu alcance: um guia para sua jornada rumo ao padrão Contábil global**. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket_PME.pdf>. Acesso em: 30 de mai.2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S. (1994). **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu., GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações** – FIPECAFI. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KASSAI, Silvia. **As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade**. São Paulo: 1997. Dissertação de Mestrado, FEA/USP.

MACKENZIE, B. ET AL IFRS 2012 – **Interpretação e Aplicação**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MARTINS, CUNHA E GARCIA; **Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba**. Recont: registro contábil – UFAL- Maceió/Al, vol. 4, nº3, pág. 7.

NBC TG 1000 (R1) **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000\(R1\)&arquivo=NBCTG1000\(R1\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000(R1)&arquivo=NBCTG1000(R1).doc)> Acesso em: 09 de nov. 2018

Resolução CFC nº. 1.255/09 (NBC TG 1000). Aprova a NBC TG 1000 – **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Brasília, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: < www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em: 4 de jun.2018

SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Perfil dos pequenos negócios**. DataSebrae. 2017. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/perfil-dos-pequenos-negocios/#relatorios>> Acesso em 3 de abr.2018

SIQUEIRA, M. B. S. **A percepção dos contadores da cidade Monteiro – PB sobre a NBC TG 1000 (R1) – contabilidade para pequenas e médias empresas e seus potenciais reflexos no processo de gestão no ano de 2017**. 2017. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2017.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**. São Paulo, Editora Atlas SA, 2005.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo fazer um levantamento de dados para elaboração do trabalho de conclusão de curso desenvolvido por Ariely de Sousa Jorge, aluna do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Doctum - João Monlevade, contribuindo de forma decisiva no resultado da pesquisa que tem como objetivo verificar como os profissionais de contabilidade estão aplicando as IFRS para pequenas e médias empresas e quais as dificuldades que os escritórios contábeis estão enfrentando na adoção do CPC-PME.

1- Qual a sua faixa etária?

- de 18 a 25 anos
- de 26 a 30 anos
- de 30 a 40 anos
- Acima de 40 anos

2- Qual sua formação?

- Ensino Médio Completo
- Técnico
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Pós - Graduação
- Outros _____

3- Sua Formação é específica em Contabilidade?

- Sim
- Não

4- Qual sua área de atuação no escritório de Contabilidade?

- Fiscal
- Departamento Pessoal
- Contábil
- Misto
- Outros _____

- 5- A quanto tempo exerce a função?
- Menos de 1 ano
 - de 1 a 5 anos
 - de 6 a 10 anos
 - Mais de 10 anos
- 6- Tempo de existência do escritório?
- Menos de 1 ano
 - de 1 a 5 anos
 - de 6 a 10 anos
 - Mais de 10 anos
- 7- Quantidade de Funcionário que o escritório possui?
- de 1 a 5 funcionários
 - de 6 a 10 funcionários
 - de 11 a 15 funcionários
 - Mais de 15 funcionários
- 8- Qual o percentual, aproximadamente, de empresas atendidas em seu escritório que se classificam como PME's?
- Até 30%
 - Entre 31% e 50%
 - Mais de 50%
- Outros: _____
- 9- Qual a sua principal fonte para se manter atualizado na profissão?
- Internet
 - Sites de conteúdo específico
 - Revistas e boletins da área
 - Treinamentos
 - Cursos
- Outros: _____
- 10- Acredito que os relatórios apresentados aos clientes devem ser elaborados de

acordo com as normas IFRS.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

11-Tenho conhecimento da norma NBCTG1000 (R1).

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

12-O profissional e as empresas estão preparadas para elaboração da escrituração contábil completa?

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

13-Qual a maior dificuldade para realizar a escrituração contábil nas empresas (pode marcar mais de uma alternativa)

- Não temos dificuldades
- A empresa não envia os documentos corretamente
- Falta mão de obra qualificada
- Outros _____

14-Realizo anualmente a avaliação da redução do valor recuperável dos ativos, de cada uma das minhas empresas que adotam a interpretação da NBCTG1000(R1).

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

15- Aplico a NBCTG 1000(R1) completamente nos relatórios das empresas

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

16- Reconheço as receitas e despesas sob o regime de caixa.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

17- Elaboro notas explicativas ao final de cada exercício social para cada empresa cliente.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

18- Tenho conhecimento e adoto a simplificação da Norma ITG1000 nas microempresas cliente do meu escritório.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

19- Faço uso da Carta de Responsabilidade da administração (tem por objetivo salvaguardar o profissional da Contabilidade no que se refere a sua responsabilidade pela realização da escrituração contábil do período-base encerrado, segregando-a e distinguindo-a das responsabilidades da administração da entidade, sobretudo no que se refere à manutenção dos controles internos e ao acesso às informações).

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente

Concordo Totalmente

20-Reconheço os gastos incorridos com pesquisas e desenvolvimento diretamente no resultado do exercício.

Discordo Totalmente

Discordo Parcialmente

Concordo Parcialmente

Concordo Totalmente

21-Acredito que as Normas Internacionais de Contabilidade não possuem importância para contabilidade das PME's, sendo essas mudanças prejudiciais à atuação dos profissionais contábeis.

Discordo Totalmente

Discordo Parcialmente

Concordo Parcialmente

Concordo Totalmente